

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai discutem registro único para profissionais de saúde



Realizou-se, de 12 a 14 de novembro, no Rio de Janeiro, o “Seminário Internacional sobre Mercado de Trabalho: formação e regulação no âmbito do Mercosul”. Entre outras atividades que visam à elaboração de uma agenda comum, os participantes do encontro estabeleceram condições para a implantação da Matriz Mínima de Registro de Profissionais de Saúde do Mercosul. O documento, já aprovado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, é o ponto de partida para a instituição do registro profissional único.

Atualmente, em fase de ajustes e de consulta pública, no Paraguai, Argentina e Uruguai, a matriz é um projeto de Resolução apresentado pelo Subgrupo de Trabalho nº 11, que trata da Saúde dentro do Grupo de Mercado Comum (GMC) do Mercosul. O subgrupo nº 11 está inserido na Subcomissão Exercício Profissional e foi só a partir da sua criação, em 1996, que o tema da regulação do trabalho entre os países do Mercosul veio à tona.

Das 120 resoluções editadas pelo GMC, desde sua criação em 1992, apenas quatro tratam especificamente de serviços de saúde no que se refere à gestão e educação no setor. São elas: A resolução 29/1996, que diz respeito às boas técnicas em investigação clínica; a de

número 21/2000, que estabelece um glossário comum aos serviços de saúde no Mercosul; a resolução 73/2000, que define as especialidades médicas; e a resolução 59/2001, que define princípios éticos médicos comuns.

Além de facilitar a transição para o mercado comum e fazer com que este processo preserve os interesses de usuários e profissionais do sistema, dos estudantes e docentes da área, a edição dessas resoluções é importante para diminuir as diferenças do exercício profissional entre os países integrantes do Mercosul.

O seminário também marcou a primeira vez, desde que começaram as atividades do GMC, que o segmento dos trabalhadores e representantes dos países-membros (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) se reuniram para formular bases objetivas comuns para o exercício profissional na área de saúde. “Esse seminário é um passo importante para estabelecermos critérios e pré-requisitos para que os profissionais do setor possam trabalhar nestes países”, destaca a Diretora do Departamento de Gestão e da Regulação e do Trabalho em Saúde, Maria Helena Machado, que coordena o Seminário.

O encontro foi promovido pelo Ministério da Saúde – através da Secretaria da Gestão do Trabalho

e da Educação na Saúde –, Fundação Oswaldo Cruz, Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e Internacional do Serviço Público (ISP).

Convidados – Embora não integrantes do Mercosul, participaram do seminário os representantes da Bolívia e do Chile, na condição de países associados, e do México. Este último pelos avanços na área de Recursos Humanos, e também por apresentar problemas e soluções no setor de saúde similares aos do Brasil.

Além dos ministérios da Saúde e da Educação dos países, foram convidados representantes de secretarias provinciais, estaduais e municipais, clubes e associações de reitores das universidades, entidades profissionais e sindicatos com autonomia de regulação de exercício profissional, autarquias federais, associações de ensino e entidades estudantis. E ainda, a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Opas, ISP, o Conselho Nacional de Imigração e instituições integrantes da Rede Observatório de Recursos Humanos.

Maiores informações podem ser obtidas junto à “Agência Saúde”, do Ministério da Saúde. Os telefones são (61)315-2005/315-2784, fax (61)225-7338 e e-mail <imprensa@saude.gov.br>